

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.624.006 - SP (2019/0347090-9)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : MARCELO FRAZATTO COLESI DE VASCONCELOS GALVAO**  
**ADVOGADO : ARTHUR FERRARI ARSUFFI - SP346132**  
**AGRAVADO : OSWALDO CACIELLO**  
**AGRAVADO : SETA ORGANIZACAO CONTABIL EIRELI**  
**ADVOGADO : AIRTON PEREIRA SIQUEIRA - SP216257**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, impugnando acórdão assim ementado:

EMBARGOS À EXECUÇÃO. Mútuo garantido por nota promissória. Sentença de procedência parcial do pedido.

PRELIMINAR. CERCEAMENTO DE DEFESA.

Inocorrência. Dispensável a realização de dilação probatória. Matéria rejeitada.

FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA. Decisão devidamente fundamentada, em atenção ao art. 93, IX, da Constituição Federal. Concisão que não implica ausência de fundamentação. Preliminar rejeitada.

NULIDADE DA EMENDA. Petição que, na verdade, não se reveste da qualidade de emenda à inicial nem como tal foi apresentada em Juízo. Manifestação que se limita à juntada de documento comprobatório de fato que pode e deve ser considerado para a decisão do feito. Resguardo do amplo direito de defesa do Embargado, ademais, com garantia de oportunidade de manifestação acerca da peça.

Ausência de nulidade. Precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e também deste E. Tribunal de Justiça de São Paulo.

MÉRITO. Contrato de mútuo que não envolve instituição financeira. Juros acima de 1% ao mês que devem ser afastados. Excesso de execução caracterizado. Sentença que merece mantida, inclusive por seus próprios fundamentos.

Afastadas as preliminares, recurso não provido.

Os embargos declaratórios opostos foram rejeitados.

Nas razões do especial, o recorrente alegou violação dos arts. 313, II, 314, 329, 355, 369, 371, 489, § 1º, e 1.022, I, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentou negativa de prestação jurisdicional. Afirmou que houve cerceamento de sua defesa. Argumentou que "os vv. acórdãos recorridos violaram o artigo 329 do Código de Processo Civil, na medida em que admitiu emenda à inicial formalmente negada pelo recorrente, o qual, legalmente, tinha o direito de aceitá-la, ou não" (fl. 378, e-STJ).

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento do presente agravo, verifico que esse não merece provimento, senão vejamos.

No tocante às alegações de ofensa ao art. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, verifico que essas não merecem prosperar.

Isso porque não configura ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pelo recorrente.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados. Nesse sentido: AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015; AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 1º/3/2016.

Com efeito, o Colegiado local, ao analisar as circunstâncias fáticas e as provas carreadas aos autos, assim entendeu (fls. 340-346, e-STJ):

No presente caso, os elementos trazidos ao caderno processual mostraram-se suficientes para a análise das questões colocadas pelos litigantes, não assistindo razão ao demandado quando rogam pela produção de perícia contábil, uma vez que se trata de simples cálculos aritméticos. Os demais empréstimos também poderiam ser comprovados por prova documental.

(...).

Saliente-se, outrossim, que os fatos cujas comprovações diz o recorrente pretender com a produção de prova pericial contábil poderiam ser demonstrados, de maneira clara, mediante a apresentação e juntada de documentos que não só evidenciassem a existência das tais outras operações ("empréstimos") entre as partes, mas também seus valores, com isso demonstrando a veracidade da afirmação do apelante de que o valor cujo depósito demonstrou o apelado se referiria, de fato, a débito diverso.

Não foi o que fez o apelante, que se limitou a afirmar de modo absolutamente vago, e por isso, inverossímil, que entre as partes teriam existido outros “negócios” ao longo do tempo, e que os pagamentos aos quais se referiu o recorrido teriam sido promovidos, na verdade, para pagamento de dívida diversa.

Assim, não merece acolhida a preliminar suscitada.

(...).

Correta, pois, a r. sentença, ao reconhecer o excesso de execução, diante do lançado na fundamentação contida no decisum *a quo*:

(...).

"Sobre o mútuo, assim dispõe o contrato a respeito da quantia e modo de concessão do empréstimo: "1.1. O Credor empresta à Devedora a quantia de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), que será disponibilizada pelo Credor à Devedora, por conta e ordem da Devedora, na conta corrente de titularidade da Devedora, de acordo com o valor e data abaixo: 1.1.1 R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) em 12 de julho de 2017, no Banco Itaú, Agência 3763 e Conta Corrente 03639-3;" - (fls. 88). Contudo, como se depreende do documento de fls. 110 (que não foi especificamente impugnado pelo embargado, presumindo-se, pois, sua autenticidade), na data e forma ajustada houve o depósito apenas do valor de R\$200.000,00, inexistindo informação acerca da diferença. A despeito da tempestividade ou não da manifestação, competia ao exequente demonstrar que houve efetivamente o empréstimo nos termos pactuados, ônus do qual não se desincumbiu. A execução se fundamenta naquele valor originário, deduzindo daquela quantia o pagamento parcial, aplicando-se os encargos contratuais sobre o saldo. Logo, inexistindo comprovação de que todo o montante foi disponibilizado, caracterizada está a cobrança de quantia indevida, acarretando o enriquecimento sem causa da parte, com o que não pode concordar o Juízo."

Observe que o Tribunal de origem reconheceu cabível o julgamento antecipado da lide, ponderando estar suficientemente esclarecida a matéria fática pelas provas existentes nos autos, diante da farta prova documental carreada aos autos. Desse modo, somente a partir de novo exame dessas provas é que seria possível rever a conclusão do acórdão recorrido, o que é incabível em recurso especial, consoante orientação sedimentada na Súmula 7 do STJ. Nesse rumo:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA. TEORIA DA CAUSA MADURA. NÃO APLICAÇÃO. ARTS. 515, § 1º, E 516, DO CPC/73. IMPOSSIBILIDADE. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.
2. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso.
3. A reforma do julgado, no tocante à não aplicação da teoria da causa madura pelo Tribunal de origem, demandaria o reexame do contexto fático-probatório, providência vedada no âmbito do recurso especial, a teor do enunciado da Súmula nº 7, do STJ.
4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1.117.523/SP, desta relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 29.8.2017, DJe 4.9.2017.)

PROCESSUAL CIVIL. NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. CONFIRMAÇÃO DO JULGADO DE PRIMEIRO GRAU PELO TRIBUNAL A *QUO*. INTERESSE DE AGIR. VERIFICAÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA CAUSA. SÚMULA 7 DO STJ. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE CONFIRMA O ACÓRDÃO COMBATIDO.

1. Cuida-se de confirmação de sentença de primeiro grau, pelo Tribunal *a quo*, proferida nos autos de nunciação de obra nova ajuizada pela Prefeitura Municipal, em razão da realização de obra sem a apresentação de projeto arquitetônico no departamento competente, violando, portanto, a legislação local.
2. Verifica-se configurado o interesse de agir (art. 267, I, CPC), visto que a autoexecutoriedade afeita à pessoa política não retira desta a pretensão em valer-se de decisão judicial que lhe assegure a providência fática que almeja, pois nem sempre as medidas tomadas pela Administração no exercício do poder de polícia são suficientes.
3. Quanto à suposta violação ao art. 332 do CPC, foi cristalizado pelo acórdão que o particular não se desincumbiu de provar a ocorrência do aludido embargo administrativo e demolição de parte da obra,

buscando, apenas, provar tais fatos pela via testemunhal.

Portanto, descabida a alegação de cerceamento de defesa. Concluir de forma diversa demanda reexame de matéria fática, insuscetível por meio de Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ. (AgRg no AREsp 117.668/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 10/8/2012).

4. A alteração da premissa fática concernente à existência de causa madura para prolação da sentença pressupõe o revolvimento do suporte probatório, o que é vedado em Recurso Especial, por força da Súmula 7 do STJ. (AgRg no AREsp 349.870/SE, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 18/2/2014).

5. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.651.622/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28.3.2017, DJe 18.4.2017.)

Assim, constato que é possível o julgamento antecipado da lide quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a existência de provas suficientes para seu convencimento. Os princípios da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz (art. 130 do CPC) permitem ao julgador determinar as provas que entender necessárias à instrução do processo, bem como indeferir aquelas que considerar inúteis ou protelatórias (AgRg no AREsp nº 229.927/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 17/3/2015, DJe de 23/3/2015).

Quanto ao mais, o Colegiado estadual decidiu que (fl. 365):

Quanto ao pedido de suspensão do julgamento tendo em vista tratativas de acordo, ressalte-se que referidas tratativas se deram fora dos autos, não havendo, ainda, qualquer óbice às partes para que possam realizar acordo após o julgamento do presente recurso.

Ocorre que tal fundamento não foi impugnado pela parte agravante, o qual é suficiente para manter o acórdão e que, por consequência, não pode ser alterado, diante da incidência da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte

# *Superior Tribunal de Justiça*

recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora